

TEMA EM ANÁLISE

Jovens no mercado de trabalho – Módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego

Célio Oliveira* – Instituto Nacional de Estatística

1. Introdução

Com a temática “Jovens no mercado de trabalho”¹ visa-se dispor de informação comparável, ao nível europeu, sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, com vista a monitorizar os objetivos definidos na Estratégia Europa 2020 e na iniciativa Juventude em Movimento.

Este tema ganha ainda mais relevância por se tratar de uma geração com níveis médios de qualificação mais elevados do que as gerações precedentes, a que se associa, no entanto, uma elevada taxa de desemprego, refletindo uma maior dificuldade de entrada no mercado de trabalho.

Este módulo integra o programa de módulos *ad hoc* para o triénio 2016-2018, definido no Regulamento Delegado da Comissão (UE) N.º 1397/2014, de 22 de outubro, e segue as recomendações metodológicas e técnicas definidas no questionário modelo do Eurostat.

As especificações técnicas deste módulo incluem, entre outros elementos, a definição de um conjunto de 11 variáveis para observar a experiência dos jovens em matéria de educação e de emprego. A par das variáveis regulamentadas, o módulo inclui duas variáveis adicionais de interesse nacional: uma para medir o tempo decorrido entre a saída da escola e o primeiro emprego; e outra para obter a informação sobre a discrepância entre as qualificações e as funções exercidas na atividade profissional.

** As opiniões expressas no Tema em análise são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.*

¹ O módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego constitui a terceira inquirição no âmbito desta temática. A primeira edição decorreu em 2000, com a designação “Transição da escola para a vida ativa”, e a segunda edição ocorreu em 2009, com a designação “Entrada dos jovens no mercado de trabalho”. Faz-se notar, no entanto, que, embora tenham a mesma população-alvo, o módulo de 2016 segue uma abordagem diferente, pelo que não é totalmente comparável com os anteriores.

Em Portugal, o módulo *ad hoc* de 2016 “Jovens no Mercado de Trabalho” foi realizado em conjunto com o Inquérito ao Emprego, no 2.º trimestre do mesmo ano. A população-alvo corresponde à população residente em Portugal com idade dos 15 aos 34 anos (abrangendo 2 284,3 mil pessoas).

O módulo está organizado em dois subtemas:

Subtema 1: Experiência educativa

Tem por objetivo obter informação sobre: i) a experiência de trabalho durante os estudos; ii) a aprendizagem baseada no trabalho; iii) o nível adicional de educação formal e respetiva data de conclusão/abandono; iv) as razões que motivaram a saída da escola e o não prosseguimento dos estudos.

Subtema 2: Encontrar emprego

Tem por objetivo observar: i) a forma como os jovens encaram a procura de emprego e a ajuda que recebem para o encontrar; ii) em que medida a escolaridade corresponde às exigências do emprego atual; iii) o tempo decorrido entre a saída da escola e a obtenção do primeiro emprego.

Neste artigo, optou-se por analisar os principais resultados do módulo, dando-se destaque à caracterização dos jovens segundo um conjunto de dimensões sociodemográficas (sexo, grupo etário, nível de escolaridade completo), condição perante o trabalho e características do emprego (situação na profissão, tipo de contrato de trabalho, setor de atividade económica da empresa e profissão).

Por fim procedeu-se a uma análise complementar de modo a compreender melhor a relação entre a experiência educativa, o processo de procura de emprego e a situação atual (à data da entrevista) no mercado de trabalho.

2. Jovens em Portugal: quantos são e o que fazem?

No 2.º trimestre de 2016 a população jovem com idade dos 15 aos 34 anos representava 22,2% (2 284,3 mil pessoas) da população residente. Analisando este grupo etário por condição perante o trabalho, verifica-se que 51,8% estavam empregados, 9,9% eram desempregados e 38,5% eram inativos.

A taxa de emprego apresenta um comportamento crescente com a idade: 5,8% para os jovens dos 15 aos 19 anos (a esmagadora maioria dos jovens – 93,9% – encontrava-se a estudar ou em formação); 42,0% para os jovens dos 20 aos 24 anos; 72,1% para aqueles com

idade dos 25 aos 29 anos; e 83,1% para os jovens dos 30 aos 34 anos.

Quadro A: Indicadores de caracterização da população dos 15 aos 34 anos Portugal - 2.º trimestre de 2016			
	Total	15-24	25-34
	Milhares de pessoas	%	
Total	2 284,3	48,1	51,9
Sexo			
Homens	1 143,8	48,9	51,1
Mulheres	1 140,5	47,4	52,6
Nível de escolaridade completo			
Até ao básico - 3.º ciclo	964,7	62,2	37,8
Secundário e pós-secundário	816,6	50,2	49,8
Superior	502,9	17,9	82,1
Condição perante o trabalho			
Empregado	1 182,5	21,9	78,1
Desempregado	225,5	42,3	57,7
Inativo	876,3	85,0	15,0
NEEF(a)	290,0	34,8	65,2
Taxa de Emprego	51,8	23,6	77,0
Taxa de Desemprego	16,0	26,9	12,3
Taxa NEEF	12,7	9,2	16,0

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Notas

(a) Não empregados nem em educação ou formação.

A taxa de desemprego, de 16,0% para a totalidade da população dos 15 aos 34 anos, assume um comportamento contrário, diminuindo com a idade: é mais elevada no subgrupo dos 15 aos 24 anos² (26,9%), diminuindo para 12,3% no subgrupo dos 25 aos 34 anos.

A menor taxa de emprego, aliada à elevada taxa de desemprego que se observa principalmente nos jovens dos 15 e aos 24 anos, sugere uma dificuldade acrescida no acesso ao mercado de trabalho num grupo etário em que a maioria (73,4%) ainda se encontra a estudar ou em formação.

A análise do nível de escolaridade dos jovens é particularmente relevante, tratando-se do grupo que constitui, ou constituirá brevemente, a força de trabalho, num mercado de crescente exigência de competências.

Entre os jovens dos 15 aos 34 anos observa-se uma elevada disparidade no que diz respeito ao nível de escolaridade mais elevado completo, como esperado, dado existirem jovens ainda em idade escolar obrigatória, enquanto outros estão já fora do sistema de

² A taxa de desemprego de jovens do grupo etário dos 15 aos 24 anos é o indicador habitualmente utilizado para medir a magnitude do desemprego jovem e obtém-se dividindo o número de desempregados daquele grupo etário pelo número de ativos (empregados e desempregados) da mesma idade.

ensino. Dos 15 aos 19 anos, 84,3% dos jovens tinham, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico. Esta proporção é de 23,7% para os jovens dos 20 aos 24 anos, onde a maioria, 59,6%, tinha ensino secundário ou pós-secundário e 16,7% tinham ensino superior. Para os jovens adultos (dos 25 aos 34 anos), o nível de escolaridade com maior prevalência era o ensino superior (34,9%) e o ensino secundário (34,4%), enquanto 30,8% tinham, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico.³

Para além do nível de escolaridade é importante conhecer quantos e quais os jovens que continuam no sistema de ensino ou a receber formação. No grupo etário dos 15 aos 34 anos, 44,6% dos jovens encontravam-se a estudar ou em formação – destes, 79,3% tinham até 24 anos de idade. Quanto à condição perante o trabalho, entre aqueles que estavam a estudar ou em formação, 79,8% não tinham um emprego (eram desempregados ou inativos), sendo na sua maioria inativos. Considerando o total de inativos, 86,9% encontravam-se a estudar ou em formação.

Importa também analisar para aqueles que, não estando empregados, não estavam a estudar ou em formação, habitualmente designados jovens *nem-nem*. No 2.º trimestre de 2016 existiam 290,0 mil jovens dos 15 aos 34 anos nesta situação, o número mais baixo desde o início da série de 2011, com uma trajetória descendente desde o máximo observado no 3.º trimestre de 2012 (443,6 mil). Neste grupo, a maioria (60,5% do total) encontrava-se numa situação de desemprego e apenas 19,9% do total tinham ensino superior.

3. Apresentação dos resultados do módulo

3.1 Experiência educativa

(Quadros 1 a 4)

Quase dois terços dos jovens não tiveram experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo.

A maioria dos jovens dos 15 e aos 34 anos (62,3%) indicou não ter tido experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado, proporção ligeiramente maior para os homens (63,6%) do que para as mulheres (61,0%). 34,3%⁴ dos jovens

³ No âmbito da Estratégia Europa 2020 (Comissão Europeia, 2010), Portugal tem como objetivo para 2020 que 40% da população dos 30 aos 34 anos tenha ensino superior. No 2.º trimestre de 2016 essa proporção era de 34,2%.

⁴ Em 2009 os jovens foram também questionados sobre a existência de qualquer experiência profissional – com a duração de pelo menos um mês – durante o tempo que frequentaram a escola. À data, somente cerca de um quinto dos jovens (20,6%) teve esse tipo de experiência profissional.

tiveram algum tipo de experiência profissional: para 13,0% esta ocorreu no âmbito de um de um estágio curricular e para 21,2% fora do âmbito de um estágio curricular.

A existência de experiência profissional durante os estudos foi mais frequente entre os jovens mais adultos: quase metade dos jovens com idade dos 30 aos 34 anos (45,7%) teve uma experiência profissional, em contraste com os 14,8% observados entre os jovens dos 15 aos 19 anos.

A aquisição de experiência profissional durante os estudos foi mais frequente entre os que tinham ensino superior, 58,1% dos quais indicaram ter tido alguma experiência profissional enquanto frequentaram o nível de escolaridade mais elevado, o que compara com os 40,5% dos que tinham ensino secundário e os 16,4% dos que tinham, no máximo, até ao 3.º ciclo.

Considerando a condição perante o trabalho à data da entrevista, são mais os empregados que indicam ter tido experiência profissional (44,2%), comparativamente aos desempregados (37,1%). Entre os empregados, destacam-se os do grupo profissional *Quadros superiores e especialistas*, dos quais 59,8% tiveram experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado.

Gráfico 1: Experiência profissional durante os estudos, por sexo (%)



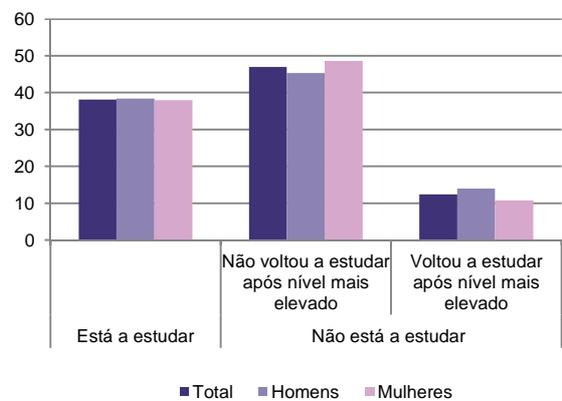
Analisando o rendimento salarial médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo na atividade principal, observa-se uma vantagem salarial, em média, para aqueles que tiveram experiência profissional (775€) face aos que não tiveram experiência profissional (680€) durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado. Note-se, porém, que este exercício não considerou outras dimensões relevantes, para além da experiência profissional, que podem explicar a diferença encontrada.

A maioria dos jovens dos 15 e aos 34 anos não se encontrava a estudar (educação formal⁵) e não frequentou outro nível de escolaridade após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo.

Na faixa etária dos 15 aos 34 anos encontram-se jovens em estádios diferentes face à frequência de um nível de escolaridade: em idade escolar obrigatória e fora do sistema de ensino, pelo que importa quantificá-los e caracterizá-los.

Dos 2 284,3 mil jovens dos 15 aos 34 anos, 38,2% estavam a estudar – em 2009 encontravam-se nesta situação 34,3% – e a maioria (59,4%) não se encontrava a frequentar um nível de ensino formal (65,7% em 2009).

Gráfico 2: Situação face aos estudos, por sexo (%)



Nota

Aos jovens que não estavam a estudar foi perguntado se haviam voltado a frequentar algum nível de ensino após a conclusão do nível de ensino mais elevado completo.

Quem eram os jovens que estavam a estudar?

O grupo daqueles que se encontravam a estudar (educação formal) era composto na sua maioria (59,6%) por jovens dos 15 e aos 19 anos, por jovens com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico (56,2%) e quase todos eram inativos (85,7%).

Quem eram os jovens que não estavam a estudar?

O grupo dos jovens que não está a estudar (educação formal) era composto na sua maioria (42,4%) por jovens dos 30 e aos 34 anos, por jovens com não mais que o ensino pós-secundário (71,1%) e empregados (77,6%).

Analise-se os dois seguintes subgrupos de jovens entre aqueles que não estão a estudar (educação formal): 1) aqueles que após a conclusão do nível de escolaridade

⁵ A educação formal diz respeito as atividades de educação e formação que conferem um nível de escolaridade (grau de ensino do sistema educativo).

mais elevado não voltaram a estudar (educação formal)⁶ e 2) aqueles que após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado frequentaram um nível de ensino⁷.

No primeiro subgrupo – não estavam a estudar e não voltaram a estudar – 51,7% eram mulheres, 41,7% tinham de 30 a 34 anos, 40,9% tinham ensino secundário ou pós-secundário e 78,1% eram empregados. No segundo subgrupo – não estavam a estudar, mas voltaram a estudar – 56,5% eram homens, 45,1% tinham de 30 a 34 anos, 59,6% tinham até ao 3.º ciclo do ensino básico e 75,6% eram empregados. Comparando os dois subgrupos destaca-se, no segundo, a maior proporção de homens e a menor proporção de jovens com ensino superior.

Em média os jovens saíram da escola aos 20 anos.

A idade média de saída da escola é indicativa do momento em que se efetua a transição da escola para a vida ativa. Segundo os resultados do Inquérito ao Emprego no 2.º trimestre de 2016, os jovens do grupo etário em análise tinham, em média, 20 anos quando terminaram o seu percurso educativo⁸ (mais um ano do que a idade média de saída da escola observada em 2009, 19 anos), idade mais elevada nas mulheres (20 anos) do que nos homens (19 anos).

Os jovens residentes no Algarve, nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores saíram da escola mais cedo – aos 19 anos, em média – enquanto nas restantes regiões esse momento está em linha com o observado para a média nacional.

Os resultados evidenciam, naturalmente, diferenças na idade média de saída da escola em função do nível de escolaridade, sendo de 16 anos para os que completaram no máximo o 3º ciclo do ensino básico, aumentando para 20 anos entre os que completaram o ensino secundário ou pós-secundário e para 24 anos entre os que tinham ensino superior.

Os jovens que não se encontravam a estudar e que constituem atualmente a população ativa, empregados e

⁶ Para melhor entender quem pertence a este subgrupo veja-se os seguintes exemplos: i) jovens que após a conclusão do ensino secundário não voltaram a estudar (educação formal) e ii) jovens que após a conclusão da licenciatura (ensino superior) não voltaram a estudar (educação formal).

⁷ Para melhor entender quem pertence a este subgrupo veja-se os seguintes exemplos: i) jovens que após a conclusão do ensino secundário frequentaram um curso do ensino pós-secundário; e ii) jovens que após a conclusão da licenciatura (ensino superior) frequentaram um mestrado (ensino superior).

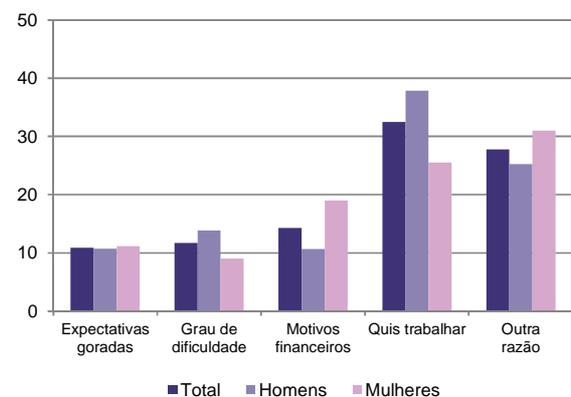
⁸ Tendo por referência o ano de conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo dos jovens que não se encontravam a estudar no período de referência da inquirição (1 393,3 mil). Alguns destes jovens frequentaram um nível de escolaridade após completarem o nível mais elevado, sem o terem concluído, mas esse aspeto não é tido em consideração nesta análise.

desempregados, saíram da escola em média aos 20 anos, enquanto os jovens inativos saíram da escola em média aos 18 anos.

Motivação para começar a trabalhar e razões financeiras entre as principais razões para a não conclusão do nível de escolaridade frequentado.

Dos 282,9 mil jovens dos 15 e aos 34 anos que não estavam a estudar e que indicaram ter frequentado um nível de ensino após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo, apenas 2,8% concluíram aquele nível.

Gráfico 3: Razão para a não conclusão dos estudos frequentados, por sexo (%)



A principal razão avançada para a não conclusão do nível frequentado foi a vontade de começar a trabalhar, razão apontada por 32,5% do total de jovens que frequentaram um novo nível de ensino. Este motivo foi mais frequentemente referida por homens (37,8%), jovens dos 25 aos 34 anos (35,4%) e jovens com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico (37,6%).

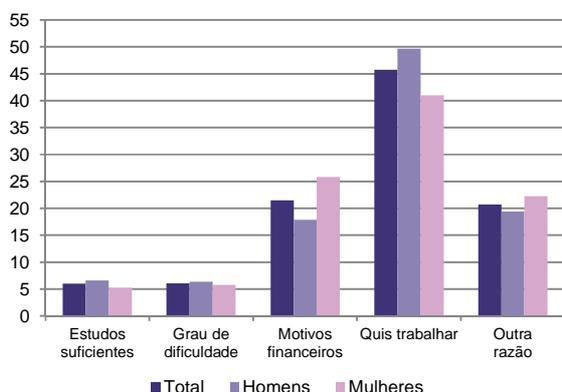
Em menor escala, 14,3%, indicaram motivos de ordem financeira, razão mais comum entre as mulheres (19,0%), os jovens dos 20 aos 29 anos (17,9%) e os jovens com ensino secundário ou pós-secundário (27,4%).

A maioria dos jovens não prosseguiu os estudos porque quis começar a trabalhar.

Os jovens que não se encontravam a estudar e que tinham, no máximo, o ensino pós-secundário foram questionados sobre as razões porque não continuaram os estudos. A motivação para começar a trabalhar foi a razão mais frequente, apontada por 45,7% dos 722,8 mil jovens nesta situação. Esta motivação foi mais indicada por homens (49,6%), não existindo diferenças assinaláveis por grupo etário e nível de escolaridade. A segunda principal razão foi “motivos financeiros”, razão apontada por 21,5% dos jovens, sendo mais frequente entre as mulheres (25,8%) e os jovens com o ensino

secundário ou pós-secundário (25,8%), não existindo diferenças entre grupos etários.

Gráfico 4: Razão para não prosseguir os estudos, por sexo (%)



3.2 Encontrar emprego

(Quadros 5 a 10)

A maioria dos jovens disse não ter recebido apoio institucional para encontrar emprego.

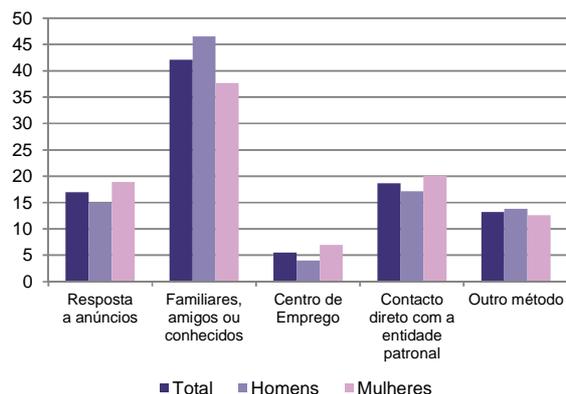
Dos 1 467,7 mil jovens que estavam empregados há menos de 12 meses ou que não tinham emprego (eram desempregados ou inativos), a quase totalidade (89,0%) afirmou não ter recebido apoio institucional para encontrar emprego nos últimos 12 meses.⁹

O principal método pelo qual os trabalhadores por conta de outrem referem ter encontrado o atual emprego foi a rede de familiares, amigos e conhecidos.

Para 42,1% dos trabalhadores por conta de outrem foi através da *rede de familiares, amigos e conhecidos* que encontraram o atual emprego. Este método de procura de emprego foi mais utilizado por homens (46,5%), jovens dos 20 e aos 24 anos (48,3%), jovens com escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico (56,8%) e ensino secundário e pós-secundário (43,8%), trabalhadores da *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (75,5%) e trabalhadores de profissões não qualificadas (59,8%).

⁹ Para esta questão foi considerado qualquer apoio para encontrar emprego por parte de um Centro de Emprego ou entidades parceiras do IEFP (como, por exemplo, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) ou o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)) ou de uma instituição de ensino. O questionário não identifica as razões da inexistência de apoio.

Gráfico 5: Método de procura do atual emprego, por sexo (%)



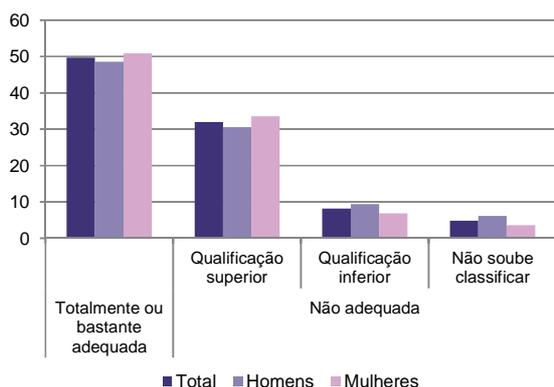
O segundo método mais referido foi o *contacto direto com a entidade patronal*, apontado por 18,6% dos trabalhadores por conta de outrem, seguido da *resposta a anúncios de emprego* (16,9%). Ambos os métodos são mais prevalentes entre as mulheres (20,1% e 18,9%, respetivamente). De notar que a resposta a anúncios de emprego foi mais referida pelos que tinham escolaridade ao nível do ensino superior (29,0%).

Cerca de metade da população jovem empregada considera totalmente ou bastante adequado o seu nível de qualificações escolares para o trabalho exercido.

O questionário relativo aos jovens no mercado de trabalho abordou sumariamente a questão da desadequação entre o nível de escolaridade dos indivíduos e as funções que os mesmos desempenham no seu trabalho, temática habitualmente designada por *skills mismatch*.

O desenvolvimento de políticas para a redução de ineficiências no mercado de trabalho beneficia do entendimento das dinâmicas e da análise das causas dessa desadequação. Num período de dificuldades económicas e financeiras algumas profissões são objeto de reestruturação, requerem novas competências e outras tornam-se redundantes no mercado de trabalho. Neste contexto, a desadequação de competências poderá conduzir ao desemprego, à escassez de competências ou à *sobre educação*, problemas tanto mais prementes quanto afetam os mais jovens entre a população ativa. Colocam-se assim desafios crescentes ao sistema educativo no sentido de formar os jovens com competências que vão ao encontro das necessidades, sempre em mudança, do mercado de trabalho.

Gráfico 6: Adequação da qualificação escolar ao trabalho exercido, por sexo (%)



Para cerca de metade (49,7%) dos jovens empregados, o seu nível de escolaridade era totalmente ou bastante adequado para o trabalho exercido.¹⁰ A diferença entre sexos era reduzida, com vantagem para as mulheres (50,9%) face aos homens (48,5%). O grau de adequação aumenta com a idade e com a escolaridade, sendo mais elevado entre os jovens adultos dos 25 aos 34 anos (51,5%) e entre os jovens com ensino superior (59,9%). Por outro lado, 45,1% dos jovens revelaram existir um desajustamento entre as qualificações escolares e as que consideram necessárias para o trabalho exercido.¹¹

Do total de jovens empregados, 32,0% disseram ter qualificações superiores às necessárias para o trabalho exercido, situação que é mais frequente entre as mulheres (33,5%), os jovens dos 15 aos 24 anos (37,4%) e os jovens com ensino secundário ou pós-secundário (37,5%).¹²

As maiores disparidades no grau de adequação das qualificações detidas face às necessárias foram observadas entre profissões. Para 72,1% dos *Quadros superiores e especialistas* as suas qualificações foram consideradas totalmente ou bastante adequadas, 16,5% referiram ter mais qualificações que as necessárias para o trabalho exercido e apenas 6,5% indicaram ter menos qualificações escolares que as necessárias para o trabalho realizado. Entre *Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados*, foram mais os

¹⁰ Note-se que nível de escolaridade não é o mesmo que orientação ou área do curso.

¹¹ A adequação do nível de qualificação escolar ao trabalho exercido foi medida através da escala: i) Totalmente ou bastante adequada; ii) Em certa medida adequada; iii) Pouco ou muito pouco adequada; e iv) Totalmente inadequada. Para efeitos de análise foram classificadas em “não adequada” as respostas ii a iv.

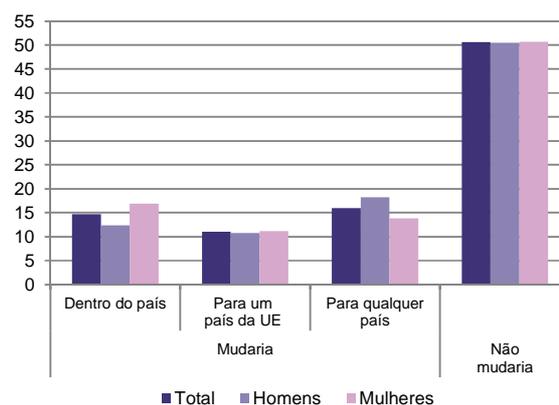
¹² Um estudo europeu sobre esta temática (CEDEFOP, 2012) salienta que trabalhadores com qualificações mais elevadas do que as exigidas para o desempenho da função revelam-se menos produtivos do que aqueles com as qualificações consideradas adequadas, apresentando menor satisfação com o salário e com a profissão, maior taxa de absentismo e maior rotatividade de emprego.

que disseram existir um desajuste (49,9%) do que os que disseram ter qualificações adequadas (44,2%). Para 35,9% neste grupo profissional o seu nível de qualificações foi considerado superior ao necessário para o trabalho exercido. Entre os *trabalhadores não qualificados*¹³ foram mais os que disseram ter qualificações escolares desajustadas (54,8%) do que totalmente ou bastante adequadas ao trabalho exercido (35,5%).

87% dos jovens empregados não mudaram de residência por causa do emprego. Quase dois terços dos desempregados estavam dispostos a fazê-lo para arranjar emprego ou negócio.

A maioria dos jovens empregados não teve de mudar de residência por causa do trabalho (86,8%), apenas 10,3% tiveram de o fazer. Analisando os que mudaram de residência, foram mais os homens (11,4%), os jovens dos 25 aos 29 anos (11,9%) e os que tinham ensino superior (15,1%) que o fizeram.

Gráfico 7: Disponibilidade de mudança de residência dos não empregados para obtenção de emprego e indicação de local de mudança, por sexo (%)



Entre os jovens não empregados, metade (50,6%) não estava disposta a mudar de residência, em contraste com os 41,6% que disseram estar dispostos a fazê-lo para arranjar trabalho. Considerando a condição perante o trabalho, a maioria dos desempregados disse estar disposta a fazê-lo (64,6%), face a 35,7% de inativos. Entre os desempregados, 22,3% disseram estar dispostos a mudar de residência para qualquer país, quase tantos como os 26,9% dispostos a fazê-lo apenas dentro do país e 15,4% disseram ter disponibilidade para fazê-lo dentro da União Europeia (UE).

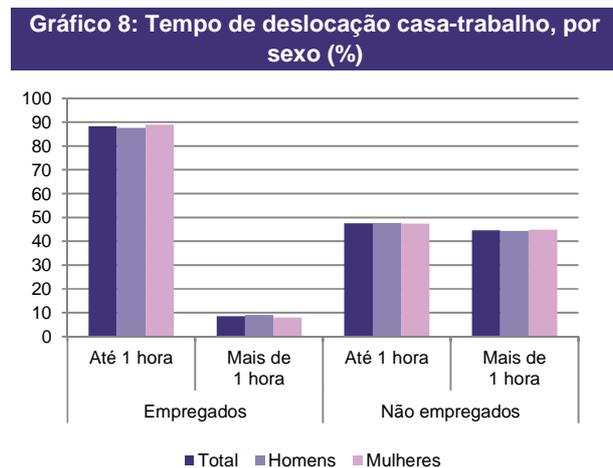
Considerando a idade dos não empregados, observa-se uma relação em “U” invertido. Os mais jovens dos jovens, dos 15 aos 19 anos, apresentam a mais baixa

¹³ A classificação *Trabalhadores não qualificados* refere-se ao trabalho realizado (grau de especialização) e não às qualificações escolares dos trabalhadores.

proporção de disponibilidade para mudar de residência (27,0%). Entre os jovens dos 20 aos 29 anos, a proporção aumenta para 57,1%, voltando a diminuir entre os jovens dos 30 aos 34 anos, com apenas 46,2% a revelar disponibilidade para mudar de residência. Considerando o nível de escolaridade, aqueles com ensino superior foram os que revelaram maior disponibilidade para mudar de residência (71,7%), sendo que quase metade (42,6%) disse estar disposto a fazê-lo para qualquer país.

88% dos jovens empregados demoram habitualmente até 1 hora nas deslocações casa-trabalho. Quase 70% dos desempregados aceitaria um emprego ou negócio que implicasse uma deslocação superior a 1 hora.

Para a maioria (88,3%) dos empregados, o tempo habitualmente despendido nas deslocações casa-trabalho era igual ou inferior a 1 hora, situação ligeiramente mais frequente entre as mulheres (89,1%).



Nota: Para os não empregados a questão refere-se ao tempo de deslocação que estariam dispostos a aceitar para ter emprego.

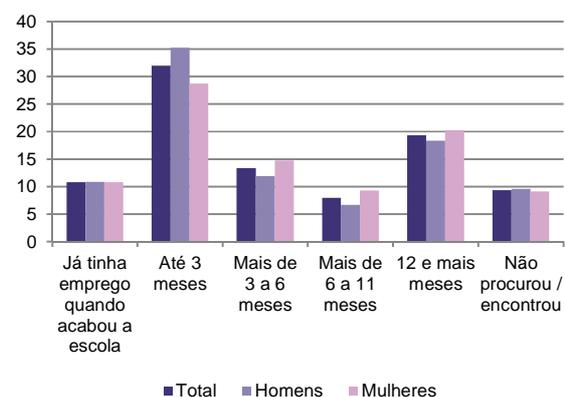
Entre os não empregados, são menos os que aceitariam um emprego ou negócio que implicasse um tempo de deslocação superior 1 hora (44,5%), face aos que só estariam dispostos a aceitar deslocações até, no máximo, 1 hora (47,6%). No grupo dos desempregados, a maioria (69,7%) disse estar disposta a aceitar deslocações superiores a 1 hora. Por outro lado, mais de metade dos inativos (54,0%) afirmou não estar disponível para aceitar um emprego que implique uma deslocação superior a 1 hora.

Um terço dos jovens que já não se encontrava a estudar (educação formal) encontrou o primeiro emprego significativo¹⁴ até 3 meses após a saída da escola. Cerca de um quinto demorou 12 ou mais meses até encontrar o primeiro emprego significativo.

O processo de transição entre a escola e o mercado de trabalho, em particular a duração da procura de um emprego significativo – com uma duração de pelo menos 3 meses – constitui um aspeto importante da situação dos jovens no mercado de trabalho.

Entre os 1 401,4 mil jovens que não se encontravam a estudar (educação formal), cerca de 1 em cada 10 (10,8%) tinha já um emprego significativo quando saiu da escola (19,4% em 2009), sem diferenças significativas entre homens e mulheres. Esta situação era mais frequente entre os jovens mais velhos, com idade dos 30 aos 34 anos (15,4%) e nos jovens com ensino superior (14,6%).

Gráfico 9: Tempo decorrido entre o fim da escola e o início do primeiro emprego significativo, por sexo (%)



Nota: "Não procurou / encontrou" diz respeito aos jovens que, apesar de já não estarem a estudar, ainda não tinham procurado trabalho ou encontrado um emprego significativo.

Para 31,9% dos jovens, o primeiro emprego significativo surgiu até 3 meses após a saída da escola (25,6% em 2009), situação mais frequente entre os homens (35,2%) e sem diferenças assinaláveis entre níveis de escolaridade. A duração até 3 meses da procura de emprego após a saída da escola, particularmente expressiva nos jovens adultos, ganha importância relativa à medida que se avança para escalões etários mais elevados: aumenta de 21,2% nos jovens dos 15 aos 19 anos, para 37,3% nos jovens dos 30 aos 34 anos. De notar, também, que a proporção de jovens que encontra o primeiro emprego significativo ainda antes de sair da escola era mais elevada entre os jovens dos 30 aos 34 anos (15,4%).

¹⁴ Por emprego significativo entende-se um emprego de duração superior a 3 meses.

Por outro lado, para 19,3% dos jovens o primeiro emprego significativo surgiu 12 ou mais meses depois da saída da escola (36,5% em 2009), situação mais frequente nas mulheres (20,3%), nos jovens do grupo etário dos 20 aos 24 anos (24,8%) e nos que tinham escolaridade até ao 3.º ciclo do ensino básico (23,9%) e ensino secundário ou pós-secundário (20,9%). As regiões autónomas registam os valores mais elevados: 27,6% na Região Autónoma da Madeira e 23,7% na Região Autónoma dos Açores.

Uma minoria dos jovens (7,6%) ainda não tinha encontrado um emprego significativo.

4. Análise complementar sobre a importância da experiência profissional

Nesta secção pretende-se proceder à análise de relações entre variáveis do módulo e do Inquérito ao Emprego, com vista a conhecer mais claramente a situação dos jovens no mercado de trabalho.

4.1 Experiência profissional e taxa de emprego

Para melhor entender o processo de transição da escola para o mercado de trabalho avaliou-se a relação entre a aquisição de experiência profissional e a taxa de emprego entre aqueles que não estavam a estudar (no momento da entrevista).

A taxa de emprego dos 1 393,3 mil jovens que não estavam a estudar era de 78,2% no 2.º trimestre de 2016. A taxa de emprego aumenta com a escolaridade: 72,8% para os jovens com escolaridade até ao 3.º ciclo, de 78,7% para os que tinham o ensino secundário e pós-secundário e 83,5% para os jovens com ensino superior.

Quadro B: Taxa de emprego da população dos 15 aos 34 anos que não está a estudar segundo a experiência profissional tida durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Teve experiência profissional	Não teve experiência profissional
	%		
Total	78,2	82,8	75,0
Nível de escolaridade completo			
Até ao básico - 3.º ciclo	72,8	78,1	71,2
Secundário e pós-secundário	78,7	81,1	77,3
Superior	83,5	86,3	79,7

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Os jovens que tiveram experiência profissional durante os estudos (no nível mais elevado completo) registavam uma taxa de emprego 7,8 p.p. superior à registada pelos que não tiveram experiência profissional, respetivamente, 82,8% e 75,0%. Controlando para o nível de escolaridade, verifica-se que esta situação se mantém para todos os níveis de escolaridade. A maior diferença, na taxa de emprego, entre quem teve experiência e quem não teve experiência profissional durante os estudos foi observada para os que tinham, no máximo, até ao 3.º ciclo, com 6,9 p.p. (78,1% versus 71,2%). Já a maior taxa de emprego foi observada entre os jovens com ensino superior que tiveram experiência profissional e não estavam a estudar, com uma taxa de emprego de 86,3%.

Este resultado sugere que ter tido experiência profissional durante os estudos tem um impacto positivo na transição para o mercado de trabalho, traduzida por uma taxa de emprego mais elevada.

Quadro C: População dos 15 aos 34 anos que não está a estudar (educação formal) segundo o tipo de experiência profissional tida por tempo decorrido entre o fim da escola e o início de um emprego significativo
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total (a)	Teve experiência profissional	Não teve experiência profissional
	milhares de pessoas		
Total	1 393,3	582,0	750,1
Tempo decorrido	%		
Já tinha um emprego significativo quando saiu da escola	10,8	21,1	3,6
Até 3 meses	32,1	33,9	32,9
Entre mais de 3 e 6 meses	13,4	14,2	13,7
Entre mais de 6 e 11 meses	8,0	7,3	9,2
12 e mais meses	19,3	14,3	24,5
Ainda não encontrou um emprego significativo	7,5	6,4	9,0
Ainda não procurou emprego	1,5	§	2,1
Não sabe / não responde	7,4	1,9	5,1

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Notas:

A educação formal diz respeito às atividades de educação e formação que conferem um nível de escolaridade (grau de ensino do sistema educativo).

Por emprego significativo entende-se um emprego de duração superior a 3 meses.

A experiência profissional refere-se à tida durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo.

(a) Inclui o número residual de indivíduos cuja resposta foi "Não sabe / não responde"

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

4.2 Experiência profissional e duração da procura do primeiro emprego significativo

No ponto anterior observou-se a relação positiva entre a existência de experiência profissional durante os estudos e a taxa de emprego. Neste ponto analisa-se o efeito da experiência no tempo que medeia entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho.

Entre os que tiveram experiência profissional durante os estudos, cerca de um quinto (21,1%) já tinha um emprego significativo quando saiu da escola e um terço (33,9%) havia encontrado um emprego significativo 3 meses após sair da escola. Para aqueles que não tiveram experiência profissional, apenas uma minoria (3,6%) já tinha encontrado um emprego significativo antes de sair da escola e um terço (32,9%) fê-lo até 3 meses após sair da escola. O tempo de procura igual ou superior a 12 meses foi mais frequente entre os que não tiveram experiência (24,5%) do que entre os que tiveram experiência profissional durante os estudos (14,3%).

Excluindo da análise os que já tinham encontrado um emprego significativo durante os estudos, as conclusões anteriores mantêm-se: os jovens que tiveram experiência profissional durante os estudos tendem a encontrar um emprego significativo em menor tempo, comparativamente aos jovens que não tiveram experiência profissional durante os estudos.

4.3 Ano de saída da escola e taxa de emprego

Tendo em conta que o grupo etário analisado é alargado, o momento de saída da escola (e de entrada no mercado de trabalho) cobre um período temporal também alargado, em que as condições económicas do país não foram idênticas. Procedeu-se assim à avaliação da taxa de emprego (no momento de entrevista) em função do ano de conclusão do nível de escolaridade mais elevado.¹⁵

Os resultados mostram que a taxa de emprego no 2.º trimestre de 2016 era mais elevada para aqueles que terminaram os seus estudos há mais tempo.

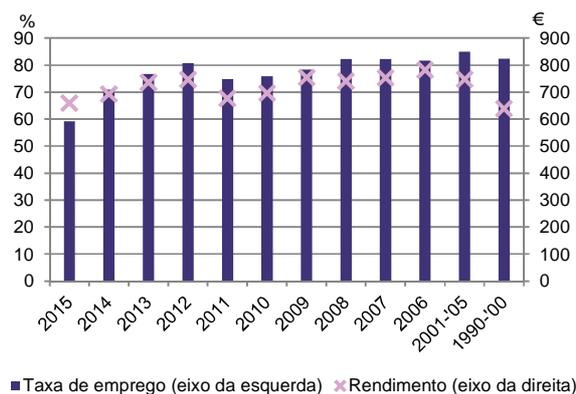
Para aqueles que saíram da escola durante o ano de 2015, mais de metade (59,2%) tinha um emprego à data da entrevista. Este número sobe para 70,9% entre os que terminaram os seus estudos um ano antes (2014). A taxa de emprego era consistentemente superior a 80,0% para aqueles que terminaram os estudos antes de 2008, sendo mais elevada (85,0%) para os que saíram da escola de 2001 a 2005.

Os resultados sugerem também que o ano de saída da escola tem impacto na taxa de empregabilidade futura, sendo que neste caso o futuro foi o 2.º trimestre de 2016. Quem saiu da escola de 2009 a 2011 tinha taxas

¹⁵ Foram excluídos da análise, os jovens que terminaram os estudos durante o ano de 2016.

de emprego abaixo das verificadas para anos anteriores. Os que saíram em 2009 tinham uma taxa de emprego 3,8 p.p. inferior à dos que saíram em 2008 (78,4% versus 82,2%). Os que saíram em 2010 tinham uma taxa de emprego 6,4 p.p. abaixo dos de 2008 e os que saíram em 2011 tinham a taxa mais baixa, 74,8%, um valor 7,4 p.p. abaixo dos do ano de 2008. Não considerando os que saíram da escola de 2014 a 2016¹⁶, os que saíram no ano de 2011 tinham a mais baixa taxa de emprego à data da entrevista.

Gráfico 10: Taxa de emprego e rendimento (TCO) dos jovens que não estão a estudar segundo o ano de conclusão dos estudos



Numa análise complementar avaliou-se qual o rendimento salarial médio mensal líquido (rendimento salarial) dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo por ano de conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo. Dos que saíram da escola entre 2001 e 2013¹⁷, mais uma vez não considerando aqueles que saíram da escola de 2014 a 2016, verifica-se que os que saíram da escola no ano de 2011 foram os que apresentaram menor rendimento salarial (676€), seguindo-se os que terminaram os seus estudos em 2010 (696€).

Os anos de 2009 a 2011 foram caracterizados pelo desenrolar da crise internacional e da crise das dívidas soberanas, sendo que o pedido de resgate financeiro internacional de Portugal foi iniciado em Abril de 2011, prolongando-se pelos meses seguintes, cobrindo o período de fim do ano letivo. Ou seja, aqueles que terminaram os estudos durante este ano, fizeram-no durante um período de maior incerteza económica. Estes resultados estão de acordo com o consenso de que a

¹⁶ Assumindo que os jovens que saíram da escola nestes anos estavam ainda num processo de transição para o mercado de trabalho. As taxas de emprego para estes jovens estão claramente abaixo da média.

¹⁷ Foram excluídos os jovens que saíram da escola entre 1990 e 2000, por não incluir jovens com ensino superior, e os anos de 2014 a 2016 (ver nota 16).

situação económica no momento de entrada no mercado de trabalho tem repercussões no futuro profissional.

5. Síntese de resultados

O módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego permite concluir que a maioria dos jovens (62,3%) não teve experiência profissional durante os estudos. A existência de experiência profissional durante os estudos foi mais frequente entre os jovens adultos e entre os jovens que tiveram pelo menos o ensino secundário. A experiência profissional durante os estudos apresenta uma relação positiva com a possibilidade de ter emprego: os que já não estavam a estudar e que tiveram experiência profissional apresentavam taxas de emprego mais elevadas, comparativamente com os que não tiveram experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo. Também a nível salarial se verifica que quem teve experiência profissional durante os estudos apresenta rendimentos salariais médios mensais líquidos mais elevados.

Do total da população jovem (dos 15 aos 34 anos), mais de um terço encontrava-se a estudar e, destes, a larga maioria era inativa. Por outro lado, cerca de metade não se encontrava a estudar, nem tinha voltado a estudar após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo. Neste segundo grupo – não estavam a estudar nem tinham voltado a fazê-lo depois de sair da escola – 26,4% tinham, no máximo, o 3.º ciclo do ensino básico, 40,9% tinham o ensino secundário ou pós-secundário e 32,7% tinham o ensino superior.

Em cada 10 jovens que não estavam a estudar e que tinham, no máximo, o ensino pós-secundário 6 apontaram a motivação para começar a trabalhar e motivos financeiros como as principais razões para não prosseguirem os estudos.

O método *rede de familiares, amigos e conhecidos* foi o método pelo qual cerca de 4 em cada 10 dos trabalhadores por conta de outrem encontraram o atual emprego, método mais referido pelos homens. O segundo método com maior expressão foi o *contacto direto com a entidade patronal*.

Para cerca de metade dos jovens empregados, o seu nível de escolaridade era considerado totalmente ou bastante adequado para o trabalho exercido, situação mais frequente entre quem tinha o ensino superior e entre os jovens adultos dos 25 aos 34 anos. Por outro lado, cerca de um terço dos jovens empregados referiu ter mais qualificações do que as necessárias para o trabalho exercido.

No que respeita à mobilidade geográfica dos jovens, a maioria dos empregados (86,8%) não teve de mudar de residência por causa do trabalho. Por outro lado, quase dois terços dos desempregados disseram estar dispostos a fazê-lo para ter emprego. Em termos de tempo de deslocação casa-trabalho, cerca de 9 em cada 10 empregados demoram até 1 hora nas deslocações

casa-trabalho. Entre os desempregados, cerca de 7 em cada 10 disseram estar dispostos a aceitar um emprego que implicasse tempos de deslocação casa-trabalho superiores a 1 hora.

Cerca de um terço dos jovens demorou até 3 meses, após sair da escola, para encontrar o primeiro emprego significativo e cerca de 1 em cada 10 já tinha encontrado um emprego significativo antes de sair da escola. Aqueles que tiveram uma transição mais rápida entre os estudos e o mercado de trabalho foram os jovens dos 30 aos 34 anos e os jovens com ensino superior. Em ambos os casos mais de metade já tinha emprego ou demorou até 3 meses para encontrar o primeiro emprego significativo.

Considerando a experiência profissional durante os estudos, verifica-se que entre aqueles que a tiveram observa-se uma transição mais célere para o mercado de trabalho.

6. Nota técnica sobre os módulos *ad hoc* do Inquérito ao Emprego

Definição e objetivos

Os módulos *ad hoc* correspondem a questionários temáticos, de pequena dimensão, sobre assuntos considerados de interesse para a caracterização do mercado de trabalho e têm por objetivo complementar a informação recolhida através do Inquérito ao Emprego. As questões destes inquéritos visam, sobretudo, obter informações mais detalhadas sobre um tema particular que permitam definir e/ou monitorizar iniciativas políticas especificamente europeias.

Legislação

A implementação técnica dos módulos *ad hoc* rege-se por Regulamentos adotados pela Comissão Europeia, dando cumprimento ao Regulamento (CE) N.º 577/1998 do Conselho de 9 de março de 1998 relativo à organização e implementação de um inquérito por amostragem às forças de trabalho na Comunidade (o *Labour Force Survey*), que determina, no ponto 2 do artigo 4.º, a elaboração de um plano de módulos *ad hoc* de realização conjunta com o *Labour Force Survey* (Inquérito ao Emprego, em Portugal).

A metodologia e os procedimentos adotados são os mesmos que foram definidos para o Inquérito ao Emprego.

A cada três anos é adotado, a nível europeu, um programa de módulos *ad hoc* que define os temas e os subtemas dos módulos a realizar no próximo triénio.

Temas

Os temas e as variáveis a incluir nos módulos *ad hoc* (11 variáveis) são definidos por grupos de trabalho constituídos por técnicos de estatística e especialistas de vários Estados Membros, do Eurostat, da Direção Geral do Emprego da Comissão Europeia (DG EMPL), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Central Europeu (BCE), entre outros.

No seguinte endereço do Eurostat encontra-se a lista dos vários módulos *ad hoc* já realizados, designadamente informação relevante sobre os mesmos e resultados obtidos para os diversos países:

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_labour_force_survey_-_ad_hoc_modules.

Periodicidade

Por servirem para monitorizar políticas públicas europeias, os módulos *ad hoc* são realizados todos os anos e os temas abordados são repetidos ciclicamente, dependendo das necessidades e do interesse sobre o tópico em questão.

Período de referência e população-alvo

Em Portugal, os módulos *ad hoc* são realizados em simultâneo com o Inquérito ao Emprego no 2.º trimestre de cada ano e são dirigidos à população residente.

Âmbito territorial

À semelhança do Inquérito ao Emprego, os módulos *ad hoc* são realizados em todo o território nacional: Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Resultados

A extrapolação dos resultados, tal como no Inquérito ao Emprego, é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

Conceito de Empregado

De acordo com o Inquérito ao Emprego, é considerado “empregado” o indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração

ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;

- tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;
- tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Conceito de Desempregado

De acordo com o Inquérito ao Emprego, é considerado “desempregado” o indivíduo com idade entre os 15 e os 74 anos, que no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações:

- não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro;
- tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores);
- estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não.

Conceito de Inativo

De acordo com o Inquérito ao Emprego, é considerado “inativo” o indivíduo que, independentemente da sua idade, no período de referência não podia ser considerado economicamente ativo, isto é, não estava empregado, nem desempregado.

Conceito de Emprego Significativo

No âmbito deste módulo *ad hoc* considera-se emprego significativo aquele com uma duração superior a três meses, podendo ser enquanto trabalhador por conta de outrem, trabalhador por conta própria ou como trabalhador familiar não remunerado. A contabilização da duração do trabalho deve ser para o mesmo empregador, independentemente de qualquer mudança de funções ou características desse trabalho.

Conceito de Educação Formal

Por educação formal entende-se a educação e a formação ministradas em escolas, colégios, universidades e outras instituições de educação e ensino, cuja aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de ensino, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Abrange, igualmente, todas as atividades de aprendizagem no âmbito do sistema de educação e formação do Ministério da Educação e dos sistemas de formação que atribuem certificação reconhecida pelo Ministério da Educação e com equivalência aos graus de ensino do sistema educativo, como é o caso dos cursos de dupla certificação. Em suma, a principal característica da educação formal é a de conferir um nível de escolaridade.

Classificações utilizadas

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2013, estabelecida pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, e pelo Regulamento (UE) N.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 (NUTS-2013).

- Nível II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev. 3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

Secções da CAE-Rev. 3 apresentadas nos quadros/gráficos:

A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
C: Indústrias transformadoras
F: Construção
G: Comércio por grosso e a retalho
H: Transportes e armazenagem
I: Alojamento, restauração e similares
J: Atividades de informação e de comunicação
K: Atividades financeiras e de seguros
L: Atividades imobiliárias
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
P: Educação
Q: Atividades de saúde humana e apoio social
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
S a U: Outros serviços

CPP-10 – Classificação Portuguesa de Profissões, Versão 2010.

Grandes grupos profissionais da CPP-10 apresentados nos quadros/gráficos:

1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio
4: Pessoal administrativo
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
9: Trabalhadores não qualificados
0: Forças Armadas

Mais informações

As opções metodológicas inerentes à operacionalização do módulo *ad hoc* de 2016 do Inquérito ao Emprego “Jovens no Mercado de Trabalho” encontram-se descritas no documento metodológico desta operação estatística, disponível no Portal das Estatísticas Oficiais em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1361>

O documento metodológico do Inquérito ao Emprego encontra-se disponível em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1362>

Variáveis do módulo *ad hoc* 2016

Variáveis obrigatórias:

- Experiência profissional durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo.
- Experiência profissional no âmbito de um estágio curricular durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo.
- Nível de escolaridade frequentado após o nível de escolaridade mais elevado completo – não estudantes.
- Razão da não conclusão do nível de escolaridade frequentado após a conclusão do nível de

escolaridade mais elevado completo – não estudantes.

- Data de saída da escola – nível frequentado após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo.
- Razão do não prosseguimento dos estudos entre os que têm, no máximo, o ensino pós-secundário e que não frequentaram outro nível de escolaridade após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo – não estudantes.
- Apoio mais útil para encontrar emprego (do Centro de Emprego ou entidades parceiras ou de instituição de ensino) – empregados há menos de 12 meses ou não empregados.
- Método de procura do atual emprego – trabalhadores por conta de outrem.
- Adequação da qualificação escolar ao trabalho exercido – empregados.
- Mudança ou disponibilidade para mudar de residência para arranjar trabalho.
- Tempo de deslocação entre casa-trabalho.

Variáveis nacionais:

- Adequação da classificação da qualificação escolar (se superior ou inferior) ao trabalho exercido – empregados.
- Tempo decorrido entre o fim da escola e o início de um emprego significativo.

Para facilitar a apresentação e análise dos resultados algumas variáveis foram agregadas e analisadas dessa forma.

Por razões de arredondamento e de não respostas, os totais podem não corresponder exatamente à soma das parcelas.

Bibliografia

CEDEFOP (2012). *Skill mismatch. The role of the enterprise*. Research paper N° 21, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Comissão Europeia (2010). *Europa 2020. Uma estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Torres, S. (2013). *Os jovens no mercado de trabalho – indicadores em confronto*. In: Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2013, Lisboa: INE, pp. 35-50.

Anexos

Quadro 1: População dos 15 aos 34 anos segundo o tipo de experiência profissional tida durante a frequência do nível de escolaridade mais elevado completo Portugal - 2.º trimestre de 2016						
	Total	Teve experiência profissional			Não teve experiência profissional	Não sabe / Não responde
		Total (a)	Através de estágio curricular	Outra experiência que não estágio curricular		
	Milhares de pessoas	%				
Total	2 264,5	34,3	13,0	21,2	62,3	3,3
Sexo						
Homens	1 130,7	32,9	12,3	20,5	63,6	3,5
Mulheres	1 133,8	35,7	13,6	22,0	61,0	3,2
Grupo etário						
15-19 anos	557,8	14,8	4,1	10,7	83,6	1,6
20-24 anos	535,0	36,6	17,5	18,9	60,6	2,8
25-29 anos	549,3	39,2	16,4	22,7	57,0	3,9
30-34 anos	622,4	45,7	14,1	31,4	49,4	4,9
Nível de escolaridade completo						
Até ao básico - 3.º ciclo	945,0	16,4	3,7	12,7	80,2	3,5
Secundário e pós-secundário	816,6	40,5	16,8	23,6	55,8	3,8
Superior	502,9	58,1	24,3	33,6	39,4	2,4
Condição perante o trabalho						
Empregado	1 179,0	44,2	17,5	26,5	51,9	4,0
Desempregado	225,3	37,1	15,7	21,1	57,9	5,1
Inativo	860,2	20,1	6,1	14,0	77,8	2,1
Situação na profissão						
Trabalhador por conta de outrem	1 092,4	43,7	17,7	25,9	52,3	4,0
Trabalhador por conta própria	77,6	49,9	15,1	34,4	46,8	§
Trabalhador familiar não remunerado	8,9	49,9	§	§	§	§
Tipo de contrato de trabalho						
Contrato sem termo	641,4	44,3	15,6	28,5	51,6	4,1
Contrato com termo	392,4	42,2	20,4	21,8	54,1	3,7
Outro tipo de contrato	58,7	47,7	23,3	24,2	47,6	§
Atividade principal (CAE-Rev. 3)						
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	34,4	48,6	§	35,2	45,9	§
B a F: Indústria, construção, energia e água	284,1	35,2	14,3	20,9	61,6	3,2
G a U: Serviços	860,5	47,0	18,7	28,1	48,9	4,1
Profissão (CPP-10)						
1 a 2: Quadros superiores e especialistas	262,3	59,8	25,1	34,3	38,2	§
3 a 8: Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados	795,8	41,5	15,7	25,7	54,3	4,2
9: Trabalhadores não qualificados	108,2	26,9	12,2	14,6	66,2	§
0: Forças Armadas	12,8	37,3	§	§	59,5	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Nota:

(a) Inclui o valor residual de jovens para os quais não foi possível distinguir entre experiência curricular e não curricular.

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

Quadro 2: População dos 15 aos 34 anos segundo a situação face aos estudos (educação formal)
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Está a estudar (educação formal)	Não está a estudar (educação formal)			Não sabe / não responde
			Total	Não voltou a estudar após nível mais elevado completo	Voltou a estudar após nível mais elevado completo	
Milhares de pessoas	%					
Total	2 284,3	38,2	59,4	47,0	12,4	2,4
Sexo						
Homens	1 143,8	38,4	59,3	45,4	14,0	2,2
Mulheres	1 140,5	38,0	59,5	48,7	10,8	2,5
Grupo etário						
15-19 anos	559,5	92,9	6,7	4,9	1,8	§
20-24 anos	540,2	45,5	52,1	41,1	11,0	2,4
25-29 anos	555,1	14,1	83,4	68,0	15,4	2,5
30-34 anos	629,5	4,6	91,4	71,2	20,3	4,0
Nível de escolaridade completo						
Até ao básico - 3.º ciclo	964,7	50,8	46,8	29,4	17,5	2,3
Secundário e pós-secundário	816,6	34,5	62,9	53,8	9,1	2,7
Superior	502,9	20,1	78,0	70,0	8,0	1,9
Condição perante o trabalho						
Empregado	1 182,5	7,6	89,1	71,0	18,1	3,3
Desempregado	225,5	15,5	80,7	64,7	16,0	3,9
Inativo	876,3	85,4	14,0	10,2	3,8	0,7
Situação na profissão						
Trabalhador por conta de outrem	1 094,8	7,5	89,1	70,9	18,2	3,4
Trabalhador por conta própria	78,8	§	91,5	73,5	18,0	§
Trabalhador familiar não remunerado	8,9	§	§	§	§	§
Tipo de contrato de trabalho						
Contrato sem termo	642,5	4,7	92,1	73,6	18,6	3,1
Contrato com termo	393,3	10,9	85,8	67,9	17,8	3,3
Outro tipo de contrato	58,9	15,6	78,8	61,9	16,9	§
Atividade principal (CAE-Rev. 3)						
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	35,1	§	83,3	67,2	16,1	§
B a F: Indústria, construção, energia e água	284,2	3,2	94,7	75,4	19,3	§
G a U: Serviços	863,2	9,0	87,5	69,7	17,8	3,5
Profissão (CPP-10)						
1 a 2: Quadros superiores e especialistas	262,3	10,9	88,0	75,7	12,3	§
3 a 8: Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados	797,4	7,0	89,5	69,8	19,7	3,5
9: Trabalhadores não qualificados	110,0	§	88,3	67,1	21,2	7,2
0: Forças Armadas	12,8	§	93,9	84,1	9,8	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Nota:

A educação formal diz respeito às atividades de educação e formação que conferem um nível de escolaridade (grau de ensino do sistema educativo).

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

**Quadro 3: População dos 15 aos 34 anos que não está a estudar e que frequentou um nível de escolaridade após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado segundo a razão da não conclusão desse nível
Portugal - 2.º trimestre de 2016**

	Total	Concluído	Não concluído, devido ao grau de dificuldade	Não concluído, porque não correspondeu às expectativas	Não concluído, por razões financeiras	Não concluído, porque quis começar a trabalhar	Não concluído, por outra razão (a)
	Milhares de pessoas	%					
Total	282,9	2,8	11,8	10,9	14,3	32,5	27,8
Sexo							
Homens	159,8	§	13,9	10,7	10,7	37,8	25,3
Mulheres	123,1	§	9,0	11,1	19,0	25,5	31,0

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Notas:

Neste quadro apenas constam os indivíduos que, tendo frequentado um nível de escolaridade após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado, identificaram esse mesmo nível.

(a) Inclui o número residual de indivíduos cuja resposta foi "Não sabe / não responde".

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

**Quadro 4: População dos 15 aos 34 anos que não está a estudar, que concluiu, no máximo, o ensino pós-secundário e que não frequentou qualquer nível de escolaridade após a conclusão do nível de escolaridade mais elevado completo segundo a razão do não prosseguimento dos estudos
Portugal - 2.º trimestre de 2016**

	Total	Os estudos que tem são suficientes	Devido ao grau de dificuldade dos níveis de ensino seguintes	Por questões financeiras	Quis começar a trabalhar	Outra razão (a)
	Milhares de pessoas	%				
Total	722,8	6,0	6,1	21,5	45,7	20,7
Sexo						
Homens	395,2	6,6	6,4	17,9	49,6	19,4
Mulheres	327,6	5,2	5,8	25,8	41,0	22,2

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Nota:

(a) Inclui o número residual de indivíduos cuja resposta foi "Não sabe / não responde".

Quadro 5: Trabalhadores por conta de outrem dos 15 aos 34 anos segundo o método de procura do atual emprego
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Resposta a anúncios de emprego	Através de familiares, amigos ou conhecidos	Através de um Centro de Emprego	Através do contacto direto com a entidade patronal	Outro método	Não sabe / não responde
	Milhares de pessoas	%					
Total	1 094,8	16,9	42,1	5,5	18,6	13,2	3,6
Sexo							
Homens	552,7	14,9	46,5	4,0	17,2	13,8	3,6
Mulheres	542,1	18,9	37,6	7,0	20,1	12,6	3,7
Grupo etário							
15-19 anos	28,8	§	43,1	§	27,8	§	§
20-24 anos	217,9	10,7	48,3	7,2	18,0	11,7	4,0
25-29 anos	373,3	20,6	39,5	5,5	17,0	14,2	3,1
30-34 anos	474,8	17,5	41,3	4,6	19,6	13,1	3,9
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3.º ciclo	326,5	6,8	56,8	5,0	19,8	6,3	5,4
Secundário e pós-secundário	424,8	14,9	43,8	5,9	19,0	13,0	3,4
Superior	343,5	29,0	26,1	5,4	17,0	20,0	2,4
Tipo de contrato de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem							
Contrato sem termo	642,5	16,4	44,5	4,0	18,6	12,9	3,7
Contrato com termo	393,3	18,7	36,8	8,5	19,3	13,4	3,3
Outro tipo de contrato	58,9	§	52,1	§	15,0	15,7	§
Atividade principal (CAE-Rev. 3)							
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	24,2	§	75,5	§	§	§	§
B a F: Indústria, construção, energia e água	271,0	10,1	52,3	3,3	20,7	10,9	§
G a U: Serviços	799,5	19,7	37,7	6,4	18,2	14,2	3,9
Profissão (CPP-10)							
1 a 2: Quadros superiores e especialistas	225,7	26,3	24,7	5,5	17,8	24,2	§
3 a 8: Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados	750,3	15,1	45,3	5,3	19,4	10,9	3,9
9: Trabalhadores não qualificados	106,0	8,7	59,8	§	12,7	§	§
0: Forças Armadas	12,8	§	§	§	§	§	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

Quadro 6: População empregada dos 15 aos 34 anos segundo a adequação da qualificação escolar ao trabalho exercido Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Totalmente ou bastante adequada	Não adequada			Não sabe / não responde	
			Total	Qualificação superior	Qualificação inferior		Não soube classificar
			%				
Milhares de pessoas	%						
Total	1 182,5	49,7	45,1	32,0	8,2	4,9	5,3
Sexo							
Homens	604,9	48,5	46,1	30,5	9,5	6,1	5,4
Mulheres	577,6	50,9	44,0	33,5	6,9	3,6	5,2
Grupo etário							
15-19 anos	32,2	40,4	52,5	37,2	§	§	§
20-24 anos	227,1	43,6	49,0	37,4	5,9	5,6	7,4
25-29 anos	400,1	50,8	44,5	32,7	7,5	4,3	4,6
30-34 anos	523,0	52,0	43,3	28,8	9,6	4,9	4,8
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3º ciclo	352,6	44,4	46,6	25,3	14,4	7,0	9,0
Secundário e pós-secundário	455,8	45,4	50,1	37,5	6,7	5,9	4,6
Superior	374,1	59,9	37,5	31,6	4,2	§	2,7
Situação na profissão							
Trabalhador por conta de outrem	1 094,8	49,5	45,2	32,2	8,0	5,0	5,3
Trabalhador por conta própria	78,8	53,5	41,8	29,0	10,3	§	§
Trabalhador familiar não remunerado	8,9	§	§	§	§	§	§
Tipo de contrato de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem							
Contrato sem termo	642,5	51,8	43,6	29,9	8,6	5,1	4,6
Contrato com termo	393,3	45,4	48,3	35,3	8,0	5,0	6,3
Outro tipo de contrato	58,9	51,4	42,2	36,6	§	§	§
Atividade principal (CAE-Rev. 3)							
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	35,1	36,5	49,9	36,8	§	§	§
B a F: Indústria, construção, energia e água	284,2	47,4	47,4	33,3	8,8	5,3	5,2
G a U: Serviços	863,2	51,0	44,1	31,3	7,9	4,9	5,0
Profissão (CPP-10)							
1 a 2: Quadros superiores e especialistas	262,3	72,1	26,6	16,5	6,5	3,6	§
3 a 8: Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados	797,4	44,2	49,9	35,9	8,4	5,6	6,0
9: Trabalhadores não qualificados	110,0	35,5	54,8	40,6	10,8	§	9,7
0: Forças Armadas	12,8	§	§	§	§	§	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

Quadro 7a: População empregada dos 15 aos 34 anos segundo mudança de residência devido ao trabalho atual Portugal - 2.º trimestre de 2016				
	Total	Mudou de residência	Não mudou de residência	Não sabe / não responde
	Milhares de pessoas	%		
Total	1 182,5	10,3	86,8	2,9
Sexo				
Homens	604,9	11,4	85,7	2,9
Mulheres	577,6	9,0	88,0	2,9
Grupo etário				
15-19 anos	32,2	§	84,1	§
20-24 anos	227,1	9,5	86,7	3,7
25-29 anos	400,1	11,9	85,7	2,4
30-34 anos	523,0	9,2	87,9	2,9
Nível de escolaridade completo				
Até ao básico - 3.º ciclo	352,6	7,5	88,3	4,2
Secundário e pós-secundário	455,8	8,4	88,8	2,8
Superior	374,1	15,1	83,0	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

Quadro 7b: População não empregada dos 15 aos 34 anos segundo disponibilidade em mudar de residência para ter trabalho Portugal - 2.º trimestre de 2016							
	Total	Estaria disponível para mudar de residência				Não estaria disponível para mudar de residência	Não sabe / não responde
		Total	Dentro do país	Para um país da UE	Para qualquer país		
	Milhares de pessoas	%					
Total	1 101,8	41,6	14,7	11,0	16,0	50,6	7,7
Sexo							
Homens	538,9	41,4	12,4	10,7	18,2	50,5	8,1
Mulheres	562,9	41,9	16,9	11,2	13,8	50,7	7,4
Grupo etário							
15-19 anos	527,2	27,0	8,8	7,9	10,3	65,4	7,6
20-24 anos	313,1	55,8	16,6	15,7	23,5	37,3	7,0
25-29 anos	154,9	59,8	23,3	13,4	23,1	30,8	9,4
30-34 anos	106,5	46,2	25,6	8,8	11,8	45,5	8,3
Nível de escolaridade completo							
Até ao básico - 3.º ciclo	612,1	30,5	12,3	7,9	10,2	61,9	7,7
Secundário e pós-secundário	360,8	49,9	16,3	13,1	20,5	42,2	7,9
Superior	128,8	71,7	21,4	19,7	30,5	20,7	7,6
Condição perante o trabalho							
Desempregado	225,5	64,6	26,9	15,4	22,3	27,6	7,8
Inativo	876,3	35,7	11,5	9,9	14,3	56,5	7,7

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Quadro 8a: População empregada dos 15 aos 34 anos segundo tempo de deslocação casa-trabalho
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Demora até 1 hora	Demora mais de 1 hora	Não sabe / não responde
	Milhares de pessoas	%		
Total	1 182,5	88,3	8,5	3,2
Sexo				
Homens	604,9	87,6	9,0	3,4
Mulheres	577,6	89,1	8,0	2,9
Grupo etário				
15-19 anos	32,2	91,2	§	§
20-24 anos	227,1	87,9	8,7	§
25-29 anos	400,1	86,5	10,8	2,7
30-34 anos	523,0	89,7	7,0	3,3
Nível de escolaridade completo				
Até ao básico - 3.º ciclo	352,6	87,2	8,3	4,5
Secundário e pós-secundário	455,8	89,4	7,5	3,1
Superior	374,1	88,1	10,1	1,8

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.

Quadro 8b: População não empregada dos 15 aos 34 anos segundo o tempo de deslocação casa-trabalho que estaria disposto a aceitar para ter emprego
Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Estaria disposto a demorar até 1 hora	Estaria disposto a demorar mais de 1 hora	Não sabe / não responde
	Milhares de pessoas	%		
Total	1 101,8	47,6	44,5	7,9
Sexo				
Homens	538,9	47,7	44,3	8,0
Mulheres	562,9	47,4	44,8	7,8
Grupo etário				
15-19 anos	527,2	62,3	30,2	7,6
20-24 anos	313,1	34,3	58,2	7,6
25-29 anos	154,9	30,1	61,0	8,9
30-34 anos	106,5	39,3	51,6	9,1
Nível de escolaridade completo				
Até ao básico - 3.º ciclo	612,1	59,1	33,3	7,6
Secundário e pós-secundário	360,8	37,7	54,1	8,1
Superior	128,8	20,5	70,9	8,6
Condição perante o trabalho				
Desempregado	225,5	22,6	69,7	7,8
Inativo	876,3	54,0	38,1	7,9

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Quadro 9: População dos 15 aos 34 anos que não está a estudar (educação formal) segundo o tempo decorrido entre o fim da escola e o início de um emprego significativo Portugal - 2.º trimestre de 2016

	Total	Já tinha um emprego significativo quando saiu da escola	Até 3 meses	Entre mais de 3 e 6 meses	Entre mais de 6 e 11 meses	12 e mais meses	Ainda não encontrou um emprego significativo	Ainda não procurou emprego	Não sabe / não responde
	Milhares de pessoas	%							
Total	1 401,4	10,8	31,9	13,3	8,0	19,3	7,6	1,7	7,4
Sexo									
Homens	696,6	10,8	35,2	11,9	6,7	18,4	8,2	1,4	7,5
Mulheres	704,8	10,7	28,7	14,8	9,2	20,3	7,0	2,1	7,2
Grupo etário									
15-19 anos	38,8	§	21,2	§	§	§	30,2	§	§
20-24 anos	292,1	4,3	24,0	11,8	7,3	24,8	18,8	3,2	5,9
25-29 anos	473,6	9,4	30,9	14,9	9,3	21,3	6,0	§	6,8
30-34 anos	596,9	15,4	37,3	13,2	7,3	15,5	1,9	§	8,7
Nível de escolaridade completo									
Até ao básico - 3.º ciclo	464,5	7,1	31,6	9,1	4,8	23,9	7,8	3,1	12,5
Secundário e pós-secundário	535,3	11,1	31,3	14,1	7,9	20,9	7,6	§	6,0
Superior	401,7	14,6	33,1	17,2	11,6	11,9	7,3	§	3,1
Condição perante o trabalho									
Empregado	1 091,2	12,4	36,3	14,8	8,6	19,7	0,9	§	7,1
Desempregado	190,6	5,7	18,0	6,0	7,8	19,4	35,7	§	7,4
Inativo	119,5	§	14,3	11,7	§	16,1	23,4	18,2	9,7
Situação na profissão									
Trabalhador por conta de outrem	1 011,1	11,9	36,0	15,2	8,9	19,6	0,9	§	7,3
Trabalhador por conta própria	74,1	18,3	39,4	§	§	21,5	§	§	§
Trabalhador familiar não remunerado	6,0	§	§	§	§	§	§	§	§
Tipo de contrato de trabalho dos trabalhadores por conta de outrem									
Contrato sem termo	612,0	14,0	40,6	15,4	7,0	15,2	§	§	7,2
Contrato com termo	349,6	8,4	28,7	15,6	12,1	27,2	§	§	6,9
Outro tipo de contrato	49,5	§	30,4	§	§	21,3	§	§	§
Atividade principal (CAE-Rev. 3)									
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	32,0	§	30,9	§	§	28,5	§	§	§
B a F: Indústria, construção, energia e água	275,1	9,1	41,1	15,1	9,0	18,0	§	§	7,0
G a U: Serviços	784,2	13,7	34,8	15,0	8,6	19,9	§	§	7,0
Profissão (CPP-10)									
1 a 2: Quadros superiores e especialistas	233,8	15,6	43,0	17,6	10,5	10,9	§	§	§
3 a 8: Técnicos e profissões de nível intermédio e trabalhadores qualificados	740,1	12,1	35,8	14,8	8,0	19,9	1,1	§	8,0
9: Trabalhadores não qualificados	104,9	8,5	25,6	9,0	7,5	35,6	§	§	12,2
0: Forças Armadas	12,4	5,6	§	§	§	§	§	§	§

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2016 "Jovens no Mercado de Trabalho".

Notas:

A educação formal diz respeito às atividades de educação e formação que conferem um nível de escolaridade (grau de ensino do sistema educativo).
Por emprego significativo entende-se um emprego de duração superior a 3 meses.

Sinais convencionais:

§: Resultado com coeficiente de variação elevado.